ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 17.01.2020

Local: Sala de Reuniões da Escola Judicial do TRT4.

Presenças: Juíza do Trabalho Gabriela Lenz de Lacerda, Coordenadora do Comitê;
Servidor Marcio Meireles Martins, integrante do Comitê;
Servidora Thais Helena Kramer Pereira, integrante do Comitê;
Servidora Alessandra Pereira de Andrade, integrante do Comitê;
Servidora Ana Naiara Malavolta, integrante do Comitê.

Secretário: Francisco José Fetter Furtado (AGE)

Horário: 10h – 12h50m

Pauta:

1. Avaliação do Comitê nos últimos tempos;
2. Ações a Serem desenvolvidas;
3. Pesquisa UFRGS e PUC
4. Escola Judicial

Aos dezessete dias do mês de janeiro do ano de 2020, às 10 horas, na sala de reuniões da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região, ocorreu reunião do Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade, contando com as presenças acima nominadas. A reunião foi coordenada pela Excelentíssima Juíza do Trabalho Gabriela Lenz de Lacerda, conforme registro que segue: **Avaliação do Comitê nos últimos tempos.** Márcio comentou que o Comitê realizou diversas ações no período 2018 e 2019, tendo pautada a realização de eventos como o principal foco do comitê, sublinhou dizendo que foram extremamente importantes.. Destacou, ainda, a importância da realização de pesquisas para auxiliar nos rumos que devem ser tomados pelo comitê. Naiara falou que o TRT4 teve grande destaque externo nos temas abarcados pelo Comitê, sendo reconhecido em várias instituições como pioneiro em diversas ações, além de auxiliar na formação e fortalecimento de novos Comitês em outros órgãos. Márcio destacou que a administração anterior deu apoio total ao Comitê. **Ações a serem desenvolvidas** Naiara sugeriu que o TRT4 sedie um seminário em conjunto com outros órgãos, com a apresentação de boas práticas de direitos humanos e equidade. A sugestão da Naiara é que seja realizado em dois dias, o primeiro com a participação dos Presidentes de Tribunais, Procuradores Regionais, para que estes possam falar de equidade sob as próprias óticas. Dra. Gabriela questionou se na Justiça Federal há o Comitê de Equidade, Marcio falou que não há exatamente

um comitê, mas sim uma comissão, a CPAI (Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão) que trata das questões de equidade. Naiara sugeriu a programação do curso. Márcio falou que os servidores participantes do seminário podem trazer suas colocações, sugestões, com o intuito de consolidar um material como metas e diretrizes. Naiara sugeriu que, após 1 ano, pode ser realizado outro seminário, com a apresentação dos resultados dessas metas. Comentou que quando as metas dos tribunais são apresentadas entre si, há um nível maior de comprometimento para o alcance das mesmas. Dra. Gabriela comentou que deve ser reforçada a parceria com os demais órgãos. Naiara comentou que há dois grupos de whatsapp que podem reforçar a parceria, um dos servidores e outro dos procuradores. Dra. Gabriela falou que, em conversa com a Lara, é importante a participação do público externo nas ações do Comitê. Dra. Gabriela destacou que o coletivo dos servidores negros teve grande destaque na última apresentação. Ela falou sobre a importância da aproximação com a administração do Tribunal. Naiara falou sobre a necessidade de revisar a política de equidade, que é uma das atribuições do próprio comitê. Márcio comentou que é preciso estabelecer um quorum mínimo e seja estabelecido uma periodicidade das reuniões, para que as demandas do comitê possam ser supridas. Ele sugeriu que o quorum mínimo seja de 5 membros, dentre os quais um magistrado. Dra. Gabriela sugeriu que seja estabelecido em regimento a realização de reuniões, no mínimo, bimestralmente, e que as mesmas ocorram sempre na primeira sexta-feira do mês, às 10h, o que ficou mantido até decisão ulterior. A próxima reunião ficou agendada para o dia 07/02 às 10h na sala de reuniões da Escola Judicial. Márcio questionou sobre a política eletiva do Comitê, em especial, a regra de recondução dos membros, se esta se aplicaria aos indicados para terminarem mandatos. Naiara ressaltou a importância da rotatividade. Ela disse, também, que como a eleição dos membros é de até dois meses depois da eleição da nova administração, os novos membros acabam começando a atuar no mês de abril, fazendo com que as ações dos primeiros meses do ano, em especial em as de março, acabem ficando sem gestão. Naiara comentou que, se a eleição fosse realizada em abril, os novos membros começam a atuar no mês de maio. Márcio sugeriu que seja formado um grupo do Comitê para tratar da revisão da política de equidade. O grupo de trabalho que irá tratar do estatuto será composto pelo Márcio e Naiara. Posteriormente, passará pelo Jurídico da Presidência. Alessandra relatou uma dificuldade de comunicação com a Escola Judicial, em especial nos retornos quando questionado sobre disponibilidade do espaço da Escola para a realização de eventos realizados pelo comitê. Naiara sugeriu que fosse solicitado junto a gestão anterior um relatório de atividades do período. Alessandra Sugeriu que os cursos e eventos sejam divulgados no facebook. Naiara propôs a elaboração de um calendário permanente anual, que trata do que tem de importante em cada mês e possa balizar as atividades e comunicações do

Comitê por este calendário. Na verdade este calendário foi criado em 2016 e a sugestão é de reativação do mesmo. Alessandra comentou que o CNJ está dando ênfase à questão de participação feminina em cargos de chefia. Dra. Gabriela pontuou a importância de se tratar do mês da mulher, haja visto a proximidade da data. Inicialmente foi proposto pela Lara da EJ como semana, mas Dra. Gabriela entende ser melhor o mês todo. Propôs uma exposição de abertura com a Comissão de Cultura, uma mesa de debates e a exibição de um vídeo dos direitos da mulher no mercado do trabalho elaborado pela Secom. Dra. Gabriela sugeriu roda de conversa de saúde da mulher (glicose, pressão, etc.) Alessandra sugeriu uma parceria com hospital para exames preventivos (mama, etc.) para as terceirizadas. Márcio comentou sobre um grupo de colegas que têm tratado do tema masculinidade, com reunião na próxima sexta-feira, dia 24.01, às 17 horas. Ele sugeriu que pode ser realizada uma roda de conversa no evento de março, com a participação de magistrados e servidores para tratar do tema masculinidades. Naiara acredita que, nos eventos de março, os protagonistas devam ser as mulheres. Ela gostou da ideia, mas defendeu que o evento seja realizado qualquer outro mês, menos no mês de março. A sugestão de data é para o início de abril. Dra. Gabriela sugeriu que fosse pautado como os poderes institucionais são pautados pela masculinidade tóxica. Naiara falou que, de 08 a 14 de março, terá uma jornada de atuação feminista. Naiara falou da importância de estabelecer uma métrica das ações realizadas pelo Comitê, para que isso sirva de parâmetro na avaliação da mesma, podendo sustentar com números a validade do Comitê. Naiara falou da Nadine Anflor, delegada da Polícia Civil, para trazê-la para participação na mesa que tratará sobre violência contra mulheres, trazendo dados estatísticos, etc. Ela sugeriu, ainda, do Tribunal fazer em março uma banca para tratar das questões de direitos trabalhistas da mulher, onde mulheres falariam com mulheres. Dra. Gabriela falou sobre a organização dos eventos de março, junto do Comitê, Escola Judicial e Comissão de Cultura. Em razão da aula pública que foi sugerida, o local pode ser próximo a Ponte de Pedra, no Largo dos Açorianos, onde tem um pequeno auditório. É necessário fazer contato com a Prefeitura para a utilização do espaço. Naiara comentou sobre a sugestão de nomes focados no tema violência contra as mulheres para os eventos de março. Pode ser convidada alguém da Themis. Naiara falou que, em 08 de março, deverá ser realizada atividade para divulgar as ações que ocorrerão durante a semana, tendo como ideia de local o Gasômetro. Na banca, poderão ser apresentadas as cartilhas dos direitos das mulheres e direitos dos trabalhadores. Dra. Gabriela propôs uma reunião do Comitê com a Presidente Desa. Carmen para apresentação do grande evento de março, Naiara comprometeu-se a escrever o projeto para apresentação na presidência. Alessandra falou da carta dos PCDs, que ficou pronta na administração anterior, sendo necessário oficializar com a administração. Dra. Gabriela falou do

tema como a Lei Maria da Penha não é observada. Dra. Gabriela falou sobre realizar um círculo de leitura com 4 ou 5 encontros com servidores e/ou magistrados. Naiara comentou de ideia de atividade a ser realizada pelo sindicato de curadoria de leitura, com temas específicos, pensando inicialmente em indicar Nani Rios, podendo ser realizada também no Tribunal. Dra. Gabriela falou do Fernando Trindade, organizador da Festipoa Literária, que pode auxiliar nos eventos. Alessandra comentou que, em curso de segurança realizado no Tribunal, considerou inadequados a linguagem utilizada pelo facilitador e o comportamento adotado pelos participantes e que seria importante alertar a Escola Judicial sobre isso. Márcio sugeriu que fosse pensada uma ação junto ao Setor de Segurança de orientação e capacitação dos agentes. Márcio ressaltou a importância de instituir o selo equidade, mas observou que se por um lado tem a instituição do selo, por outro lado, deve se ofertar material para capacitar. Naiara falou que, dentro dos cursos de capacitação de chefias, deve haver enfoque na diversidade e direitos humanos. **Pesquisa UFRGS e PUC.** Márcio comentou que o despacho da Dra. Carmen especificou que ela deve ser não onerosa, assim como a anterior. Márcio irá contatar UFRGS e PUC para verificar a possibilidade de viabilização das pesquisas. Naiara ressaltou a importância delas, para verificar a efetividade das ações realizadas pelo Comitê. Dra. Gabriela comentou que é importante a expansão dos multiplicadores. Naiara sugeriu que pudesse fazer formação de multiplicadores por adesão. Dra. Gabriela mencionou que em reunião com a servidora Lara, da Escola Judicial, a mesma relatou sobre o corte de verbas que o orçamento da escola recebeu, o que pode repercutir nas pretensas ações idealizadas pelo Comitê. Naiara comentou que podem ser realizadas videoconferências para reuniões, eventos, cursos. Pode ser via hangout. **Escola Judicial** Dra. Gabriela comentou que houve redução do orçamento da EJ em 20%. Naiara sugeriu que alguns eventos voltados para as áreas temáticas do Comitê possam ser vinculados à eventos da magistratura, posteriormente sendo conjunto com os servidores, isso possibilitaria acessar verbas até então não acessadas pelo comitê, que cursos de formação em direitos humanos podem ser abertos para servidores e magistrados. Dra. Gabriela comentou que, para o Encontro Institucional, podem ser convidados palestrantes da área de direitos humanos. Naiara disse que deve ter destaque ao anti-racismo, que é o tema mais crítico dentro do tribunal, destacou que o tema sempre que vem a tona é criticado no Tribunal, comentou, ainda, sobre não ter sido disponibilizado diárias para os servidores negros do interior comparecerem ao evento. Naiara rememorou que quando a atual diretoria do Sindicato assumiu a gestão, o Tribunal propôs ao sindicato uma parceria para que o mesmo assumisse alguns custos, destacou que a parceria deveria ocorrer na elaboração do evento, não apenas colaboração nas despesas. Quanto à semana da mulher, Dra. Gabriela informou que há recurso de R$ 8.000,00 disponibilizado pela EJ para o evento. Naiara ressaltou a

importância da parceria do Sindicato com o Tribunal para a realização de eventos, sendo importante estabelecer um fluxo desde o início da ação. Reunião encerrada às 12 horas e 50 minutos. Ata redigida pelo servidor Francisco José Fetter Furtado, Assistente da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais e enviada para validação eletrônica.